

Um caso de quanto pior, melhor

Ricardo A. Setti

O doutor Ulysses Guimarães declarou-se, na semana passada, orgulhoso e feliz com os trabalhos desenvolvidos até agora pela Assembléia Nacional Constituinte, e elogiou o trabalho e o patriotismo dos políticos por tudo o que foram capazes de realizar no primeiro turno de votações. Deve ter lá suas razões, o doutor Ulysses. Quem sabe seu bom humor da ocasião tivesse a influenciá-lo o alívio pelo encerramento do primeiro turno — afinal, foram dezesseis meses para arrancá-lo aos constituintes — ou, então, a doce perspectiva por sua décima segunda interinidade no Planalto, cuja rampa sabidamente tanto lhe apetece subir.



Porque na verdade, sendo como é o grande patriarca dos políticos brasileiros, deveria o tripresidente andar com a pulga atrás da orelha diante do que andam dizendo, com insistência que beira o escandaloso, as pesquisas de opinião pública. Até onde a vista alcança, para o lado de qualquer dos quatro pontos cardeais, existe uma enorme vaia nacional a azucrinar os ouvidos dos políticos. Se sua mera ocorrência seria suficiente para preocupar, a desatenção dos políticos para o seu alarido passa a alarmar.

É só arremeter, como num jogo de cabra-cega, sobre qualquer pesquisa, de qualquer origem e grau de respeitabilidade. Se tomarmos a grande pesquisa nacional do Ibope divulgada no domingo pelo JORNAL DO BRASIL, por exemplo, que abrangeu cinco mil eleitores brasileiros de 249 municípios de todos os estados do país, a coisa já pega na veia: o próprio doutor Ulysses, do alto de sua respeitabilidade desdobrada em cargos, puxa a fila das personalidades políticas em quem o eleitorado não confia, com tonitruantes 60% de desaprovção. Ali também há, junto a outros traços do retrato do profundo desgaste que abate políticos profissionais, partidos e instituições, a evidência de que, hoje, 62% dos entrevistados não têm preferência por qualquer partido — quando no auge do Plano Cruzado, há menos de dois anos, esta era a cifra dos que se diziam pró-PMDB.

Nas dobras dessa pesquisa, está contido um dado que o JB já divulgara dias antes: submetidos à apreciação dos entrevistados, nenhum dos 18 líderes oferecidos como candidatos potenciais à presidência da República recebeu mais indicações do que a resposta "nenhum deles". Outros sintomas sobre os quais os políticos deveriam meditar estão contidos nos dados da mesma pesquisa que a revista *Exame* está divulgando. Perguntados sobre "Quais os grupos que mais ajudaram a melhorar a situação do Brasil no último ano?", os entrevistados que responderam foram implacáveis com os deputados e senadores objeto dos elogios do doutor Ulysses: deputados receberam raquitos 8% das indicações, senadores, miseráveis 6%.

Mas não é só o Ibope. Tome-se a pesquisa informal sobre preferências para a prefeitura de São Paulo que está sendo feita nas ruas da maior cidade brasileira, como ocorre a cada eleição, pela popularíssima rádio Jovem Pan. O experiente Fernando

Vieira de Melo, diretor de jornalismo da rádio, quase só está colocando no ar os números, já que as respostas que o povo dá — seria melhor dizer profere — ao microfone, ao falar dos políticos, são em geral ind divulgáveis. Entre as que vão ao ar, e portanto contam-se entre as mais brandas, estão os qualificativos "cachorro", "ladrão" e "vagabundo". Coisa parecida ocorre com as entrevistas de rua que o Sistema Brasileiro de Televisão faz em São Paulo sobre o mesmo assunto.

Pode-se continuar atirando a esmo, e o resultado não será outro. Os próprios resultados das pesquisas do Ibope para presidente da República, e da Pan e do SBT para prefeito de São Paulo, apontam o favoritismo de um não-político que sempre se houve com desdém para com os políticos — o empresário e apresentador de televisão Sílvio Santos. Em Salvador, as pesquisas mostram vantagens para o radialista Fernando José e, um pouco abaixo, para o cantor e compositor Gilberto Gil na corrida para a prefeitura. Em Curitiba, os índices abençoam outro outsider, o radialista Algacir Túlio. Ainda na Bahia, a Assembléia Legislativa encomenda uma pesquisa — e 80% dos consultados dizem que desconfiam dos deputados estaduais. Em Belo Horizonte, o instituto Vox Populi sai às ruas — e verifica que só 23% dos eleitores acreditam no presidente José Sarney. E por aí vai.

Para um país que há tão pouco tempo colocou milhões de pessoas nas ruas e praças clamando por eleições diretas e, depois, rezou pela vida de um político tradicional — Tancredo Neves —, a reviravolta é dramática e preocupante. E é aí que chega a hora de se pagar a conta do "é dando que se recebe", da esdrúxula e constrangedora luta pelo mandato de cinco anos, da incapacidade de enxugar a máquina pública, dos "marajás", dos escândalos financeiros premiados, da coleção de casuísticas suspeitos que transformou as disposições transitórias da nova Constituição num mercado de espertezas caríssimas, do descaso generalizado pela coisa pública, do desinteresse em fazer-se cumprir a lei, da falta de satisfações ao povo pelo seu voto.

Não é claro que o pendura da nota fiscal das mazelas nacionais se deva apenas aos políticos atuais. Muitos são os que têm responsabilidade a compartilhar, e ninguém se esqueceu da catástrofe que foram os 21 anos de regime militar — tanto é que a própria pesquisa Ibope reduz os militares a apenas 6% das indicações como tendo ajudado a "melhorar a situação do Brasil", só perdendo para os banqueiros. O problema é que está nas mãos dos nossos políticos — um universo em que os bons e competentes têm que encontrar formas de prevalecer — a tarefa inadiável de estancar a decepção, o dever histórico de não permitir que passe, no Brasil, a chance de se estabelecer um regime democrático, a obrigação moral e política de não permitir que se esvaíam as esperanças numa saída civil e numa solução civilizada.

Basta de homens providenciais e soluções supostamente heróicas, de caudilhos e ditadores, de atraso e vergonha. Não custa repetir ainda uma vez a magistral boutade de sir Winston Churchill: A democracia é o pior regime que existe, excetuados todos os demais. Trata-se, então, de uma raríssima exceção em que se deve admitir e lutar, no Brasil, pela tese do quanto pior, melhor.